

# Adusp

INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

## Em defesa da Universidade Pública

**P**rofessores, alunos e funcionários construíram o movimento mais significativo em defesa das universidades públicas paulistas desde a instauração da assim chamada autonomia financeira, em fevereiro de 89.

Esse ano, o Fórum das Seis centrou a campanha salarial em dois pontos: reposição de perdas e gatilho. Isto não significou abandonar reivindicações históricas, mas garantir a objetividade do debate com o Cruesp. O Fórum das Seis, em particular a Adusp, manteve a tradição de desenvolver métodos de avaliação da evolução do ICMS e de orçamentos. Esses foram instrumentos importantes para evitar que ficássemos reféns de alguns argumentos financeiros questionáveis.

Os estudantes entraram em cena, com o vigor que há muito não víamos. A força do seu movimento organizado trouxe à tona outras questões importantes para a universidade pública. Elas constam de sua pauta de reivindicações e fazem parte de uma agenda de reuniões com o reitor. A luta conjunta se unificou na prática, respeitando as dinâmicas de cada segmento. Ressalte-se que a importante reivindicação de contratação de professores, defendida também pela Adusp em várias oportunidades, tem espaço para ser atendida, tendo em vista a melhor situação orçamentária da USP.

Nosso movimento ocorreu num momento em que aflora em todo mundo um grande número de manifestações. Elas vêm contestando os reflexos perversos de políticas de ajuste econômico ditadas pelo FMI. As manifestações do movimento Brasil Outros Quinhentos, Sem-Terra e servidores públicos das diversas esferas de governo expressaram-se com grande força. Participamos de vários atos conjuntos com os demais setores do funcionalismo, estudantes e movimento popular. Laços de união foram reafirmados e, mais do que isso, aumentou-se a consciência de quão importantes são os serviços públicos para o exercício pleno da cidadania em nosso país. Nós, em particular, sabemos o quão forte é o impacto econômico do pagamento de escolas particulares e planos de saúde.

A importância da organização sindical independente foi fundamental para o sucesso da greve. A Adusp com sua estrutura física e material foi fator importante para a difusão de informações, apoio às iniciativas em cada unidade, bem como a interlocução com o conjunto da sociedade via acesso ao seu site, entrevistas, matérias pagas e releases da assessoria de imprensa. O fundo de reserva, contruído ao longo de vários anos com parte da contribuição dos associados, deu a independência financeira de que precisávamos para o enfren-

tamento de estruturas poderosas como reitorias, governos estadual e federal e grande imprensa. Nossa organização sindical foi revigorada pela eleição, ocorrida durante a greve, de um número maior de representantes de unidades no Conselho da Adusp.

Do ponto de vista econômico, mais que dobramos a proposta inicial de 7% do Cruesp. Impedimos que os aposentados fossem excluídos dos reajustes e evitamos a política de premiação da reitoria. Teremos ainda uma comissão de acompanhamento da arrecadação com reunião mensal e que poderá, inclusive, recomendar reajustes. A política salarial indexada no aumento do ICMS constitui ganho importante e histórico sem precedentes no atual movimento sindical, podendo proporcionar um reajuste entre 1 e 3% a partir de outubro.

Ficou evidente a disponibilidade de recursos para a aplicação de índices maiores. Mas esbarramos na intransigência dos reitores, que transpareciam expressar uma ressonância com as políticas antipopulares dos governos Covas e FHC. Em 52 dias de greve, foram realizados três encontros com os reitores e uma reunião técnica. A rigor, apenas a reunião de 14 de junho pode ser efetivamente chamada de negociação; as demais foram apenas apresentação de comunicados e respectivos esclarecimentos. Permanecerá na memória da comunidade universitária a indisposição ao debate e à negociação, demonstrada pelos reitores.

Durante o movimento evidenciou-se a estrutura autoritária da USP que, entre outras atitudes, tem tentado desqualificar professores com sua avaliação via CERT e que buscou dar um "puxão de orelha" em diretores, pedindo lista de faltosos durante a greve. O 4º Congresso de professores, alunos e funcionários será importante para aglutinar as idéias e ações, buscando, entre outros objetivos, a democratização do poder e deverá ter reflexos na indicação de reitor em 2001.

Está nas nossas mãos explorar as enormes possibilidades criadas pelo movimento que construímos. O ambiente de discussão que tomou conta da universidade resgatou o verdadeiro espírito universitário. Professores, alunos e funcionários, que pareciam atores secundários na vida da USP, tomaram conta da cena. De questões mais específicas às mais gerais, brotaram idéias e sugestões. Expressaram-se utopias diretoras da ação concreta. Aflorou a possibilidade de recolher o ímpeto criador e transformador do coletivo organizado para intervir no cotidiano. Fortaleceu-se, enfim, a luta pela preservação da universidade pública, contra a privatização, o empresariamento e o produtivismo, que nada têm a ver com a natureza do trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

Aflorou a possibilidade de recolher o ímpeto criador e transformador do coletivo organizado para intervir no cotidiano

# Estrutura de poder na USP e o 4º Congresso

Ao interromper este estágio vitorioso da luta em defesa de uma universidade pública crítica e de qualidade, representada pela greve que encerramos em 16/6, temos claramente delineados no horizonte próximo vários outros estágios dessa luta que foram salientados em diferentes momentos da greve. Destacamos alguns deles: democratização da estrutura de poder na USP (eleição direta para reitor e reforma dos estatutos), combate à universidade de mercado, papel das fundações, avaliação do trabalho docente (CERT na mira), adequação do quadro docente e funcional, relação da universidade com a sociedade, moradia estudantil, hospitais universitários, integração entre as unidades, financiamento da universidade e seu orçamento, entre vários outros.

Esses são alguns dos elementos que certamente constarão da pauta do 4º Congresso da USP que a Adusp, o DCE e o Sintusp estão organizando.

Na greve ficaram nítidos conflitos entre instâncias de poder da universidade. Cerca de duas dezenas de congregações, opondo-se ao procedimento adotado pela reitoria na condução das negociações salariais, aprovaram o teor das reivindicações e apontaram ao reitor a necessidade de negociações efetivas. Embora sem decisão formal, dois terços dos membros do Conselho Universitário também manifestavam-se pelas negociações. Apesar dessas iniciativas, vimos a reitoria tardar em negociar de forma efetiva e usar uma prática autoritária inédita nesta universidade, ilustrada em nossos boletins e informativos.



Daniel Garcia

Mariê M. Pedroso, Laura Cymbalista, João Zanetic e Suzana Salém

Esse breve relato permite uma reflexão comparativa entre a atual estrutura de poder da USP e aquela desenhada pelo 3º Congresso da USP, ocorrido em 1987. Propunha-se eleição direta e paritária para diretor e reitor, conselhos e congregações compostos por 50% de docentes e 25% de funcionários e estudantes. O CO seria constituído da seguinte forma: reitor, vice-reitor, di-

retores de unidades,  $n$  docentes representantes das  $n$  unidades e igual número de funcionários e estudantes.

Caberá ao 4º Congresso da USP analisar os efeitos da aplicação do Estatuto de 1988, retomar ou modificar a proposta do 3º Congresso e aprofundar a compreensão do papel e estrutura da universidade pública na complexa conjuntura que vivemos.

## Debate

**A insurreição equatoriana: o pico da crise dos planos neoliberais e dos regimes democráticos na América Latina**

Com Fernando Villavicencio, da Coordenadora dos Movimentos sociais (CMS) e do Parlamento dos Povos.

A CMS e a CONAI (Confederação Nacional dos Indígenas do Equador) foram as duas principais organizações que dirigiram a insurreição de 21 de janeiro, que derrubou o presidente Jamil Mahud.

Terça-feira,  
20 de junho,  
às 19h30  
Aud. da História

## Representantes da Assembléia Legislativa na Adusp

No dia 10 de junho, a Assembléia Legislativa constituiu uma Comissão de Representação, de sete membros, com a finalidade de acompanhar as negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis. Essa comissão, composta por Arnaldo Jardim (PPS), Carlos Zarattini (PT), César Callegari (PSB), Cláury Alves (PTB), Jamil Murad (PCdoB), Rodolfo Costa e Silva e Sidney Beraldo (ambos do PSDB), esteve na sede da Adusp no dia 13 de junho, depois de se reunir, na mesma manhã, com o Cruesp.

Os deputados se disseram conscientes da importância das universidades estaduais no cenário nacional e preocupados com o esgarçamento e com a recostura do tecido social interno. Exortaram ambas as partes, Fórum e Cruesp, a tentarem "tirar do caminho" todos os problemas que não fossem centrais e expressaram sua esperança



numa solução rápida do impasse nas negociações, que então se apresentava. Os deputados deixaram claro que a Comissão não era de mediação, nem de negociação, mas que estaria acompanhando o processo com todo o interesse.

Como fato relevante para a preservação da qualidade das universidades estaduais, o deputado César Callegari lembrou que a votação da LDO ocorrerá nas próximas semanas e reforçou a necessidade da presença unifica-

da das três universidades. Após a visita à Adusp, os deputados foram entrevistados por repórteres de jornais diários e por um repórter da CCS.

Posteriormente, o deputado Carlos Zarattini enviou nota ao Sintusp, esclarecendo que suas palavras foram deturpadas em um comunicado da Reitoria: "Meu pensamento aparece completamente distorcido, contrariando, inclusive, a minha trajetória de lutas sindicais e democráticas".

# Sentimento de conquista marca assembléia

**E**m clima de vitória, a assembléia da Adusp de 15 de junho aprovou, por unanimidade, a suspensão da greve. Destacando as conquistas do movimento, diversos foram os professores que discursaram, emocionados. Também falaram representantes do Sintusp e do DCE. O presidente da Adusp, Marcos Nascimento Magalhães, destacou a força do movimento: "Mais do que em pessoas, é importante acreditar na nossa organização independente." Abaixo, algumas dessas falas, que traduzem o sentimento de conquista da comunidade universitária, ainda em luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade:

## Zilda Iokoi (FFLCH)

"Conseguimos uma belíssima vitória econômica, mas uma maravilhosa vitória política, organizacional e de defesa da universidade pública. Não temos que encerrar o nosso movimento, nós vamos encerrar a greve, temos inúmeras tarefas pela frente."

## Kátia Rubio (EEF)

A minha unidade sai muito transformada dessa greve,

vencemos uma relação senhorial, conseguimos olhar para fora com dignidade. Ainda temos cinco dias para receber o que o reitor prometeu nos pagar segunda ou terça. Contamos com a solidariedade dos vários companheiros nessa luta e, mais do que isso, conseguimos plantar não uma árvore, mas uma semente que começará a dar fruto em breve. Conheço um poema de Brecht que diz assim: *Hay hombres que luchan un día y son buenos/ hay otros que luchan un año, y son mejores/hay quienes luchan muchos años y son muy buenos/ pero los que luchan toda la vida, esos son los imprescindibles.* Não tenho dúvida de que os que estão aqui são imprescindíveis: não pelo que aconteceu, mas pelo que ainda vai acontecer."

## Flávio Aguiar (FFLCH)

"Essa foi a greve das surpresas. Quem diria em fevereiro que estaríamos em greve em abril? Quem diria, em abril, que teríamos uma greve do tamanho que ela foi? É verdade que o reitor

e o Cruesp 'colaboraram'. Mas quem diria que iríamos dobrar a proposta dos reitores, impedir a exclusão dos aposentados e ter uma política salarial? E que a gente ia abrir um processo de discussão institucional dentro da USP?"

## Américo Kerr (IF)

"A USP deve fechar, até o final do ano, com 79%, 80% de comprometimento. Ainda vai sobrar recurso e vamos ter que brigar pela contratação de pessoal. A folha está baixa por isso: não tem reposição de pessoal. O que estamos fazendo agora é uma suspensão da greve, um período de trégua. Mas nós estamos organizados. Espero que tenhamos resgatado aqui dentro a nossa dignidade e a nossa capacidade de organização."

## João Zanetic (IF)

"Essa greve comemora 21 anos de greves. Há 21 anos tínhamos a primeira greve do funcionalismo público estadual e a primeira greve de professores e funcionários da USP. Então, é a greve da

maioridade. Esses 21 anos mostram que o movimento realizado nessa universidade está maduro. Os estudantes mostraram uma maturidade que há muito não víamos. Não podemos deixar morrer este elã que a greve produziu: que construamos o 4º Congresso."

## José Moura (IP)

"Por que descontos a essa altura? Querem se certificar de que a greve vai acabar de fato na segunda-feira para não falarem mais em descontos? Esses descontos começaram como um ato de violência e agora prosseguiram como um recurso de força infantilizador. Está bem claro que o que nós queríamos para acabar com a greve era negociar. Contra a força dos descontos, da tropa de choque, construímos um poder".

## Luiz Cláudio (DCE)

"A greve foi um exemplo de organização, uma nova forma de fazer movimento social. Sairemos daqui falando não 'professores, funcionários e alunos', mas 'companheiros e companheiras'."

## A propósito do editorial do Estadão de 11 de junho

**O**s professores da USP indignaram-se com o editorial do jornal "O Estado de S.Paulo" publicado no último domingo, dia 11, que mescla mentiras, afirmações absurdas e argumentos desconexos sobre a greve, com afirmações isoladas de reconhecimento sobre a melhor Universidade da América Latina e da competência de seu corpo docente.

Embora seja reconhecido o papel da família Mesquita na fundação da Universidade de São Paulo, é no mínimo estranho incluir no seu jornal afirmações que correspondem a tempos de antanho. A citada figura do catedrático

foi excluída da estrutura universitária em 1970! "Facções radicais que grunhem slogans revolucionários nas assembléias da Adusp", não foram localizadas nas memórias dos atuais viventes.

O baixo nível jornalístico do editorial, em forma e conteúdo, só se equipara ao de um periódico surgido na greve da USP intitulado "Informe CCS". É de se notar a inclusão no editorial de nomes de pessoas, partidos e acontecimentos isolados que não foram objeto de matérias informativas no jornal, restando ao leitor as informações ou impressões colhidas em outras fontes.

A bem da verdade, a greve nas Universidades Estaduais Paulistas recolocou na ordem do dia a questão da universidade pública. Até mesmo a imprensa — tradicional desqualificadora do ensino público — foi obrigada a publicar autores e matérias diversas sobre o assunto. A greve mostrou que a opinião pública está atenta à questão da permanência da universidade pública e do quanto esse tema lhe é pertinente.

A greve primou pela seriedade, sobriedade e firmeza contra todas atitudes provocativas da Reitoria da USP. Primou também pela ética democrática e pelo denso

debate sobre a instituição universitária, seus rumos e seu compromisso com a população que a sustenta.

Esta greve proporcionou uma experiência nova na organização sindical que envolveu toda a comunidade uspiana com atividades criativas, com a realização de inúmeros debates, com as "Aulas na Greve", nas quais temas substantivos da universidade e da sociedade foram contemplados. Tudo isso torna o título "a omissão dos docentes" um anacronismo inaceitável para um jornal centenário, de grande porte e que se pretende sério.

## Cresce a greve nas federais

Cresce a greve das universidades federais, que participam da campanha salarial unificada dos servidores públicos federais. A reivindicação é de reposição das perdas acumuladas desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Até a semana passada, estavam em greve as seguintes universidades: PA (inclusive a Faculdade de Ciências Agrárias), SC, BA, SP, AL, SE, PB (campi I, II, V e de Patos), ES, RO, PE, MA, GO (campus de Jataí), AP, RR, MT, RJ, Rural do RJ, Uni-Rio, Federal Fluminense, PI, AC, AM e Santa Maria.

## Comissão de Intermediação

A Comissão de mediação formada por deliberação da Assembléia da Adusp e composta pelos professores Alfredo Bosi, Antonio Candido, Aziz Ab'Sáber, Dalmo Dallari, Gerhard Malnic e Milton Santos, desempenhou um importante papel na resolução do impasse das negociações entre Fórum das Seis e Cruesp. Essa comissão, que fez um emocionante depoimento na Assembléia da Adusp de 12 de junho, redigiu um comunicado aos docentes da USP relatando sua atuação. A íntegra do documento está no site da Adusp.

## Estrutura da política salarial



Flávio Carneiro

Reunião de negociação de 14 de junho de 2000

I) O reajuste na data-base permanece sendo 11,25% em relação ao salário de março/2000;

II) O índice de reajuste (%) em outubro/2000 será dado por

$$\frac{A}{8,33 S_9} \times 80\%$$

onde  $S_9$  é a massa salarial em setembro de 2000 e a quantia A é determinada por

$$A = 0,0957 \times 0,84 \times [I_1 + I_2 + \dots + I_6 + 2 \times (I_7 + I_8 + I_9) - 20,4]$$

$I_n$  é o ICMS do mês n e  $I_n$ , A,  $S_9$  e 20,4 são dados em bilhões de reais;

III) Incorporação de 3,75% a partir de Janeiro/2001;

IV) Criação de Comissão Paritária entre Cruesp e Fórum, constituída por 14 membros, que terá reuniões mensais e as seguintes atribuições:

- Acompanhar a evolução do ICMS e do fundo criado com os 20% não repassados aos salários em outubro/2000;
- Discutir o aprimoramento da planilha do Cruesp em regime de fluxo de caixa;
- Propor formas de reajustes de salários no período janeiro a abril de 2001.

Consideramos que a proposta negociada é um avanço importante, obtido pela força e coesão do movimento, muito embora esteja aquém do que seria possível às universidades conceder sem causar problema algum ao custeio.

## Reunião do Conselho de Representantes

Terça-feira, 20/6, às 12 horas, na Adusp

Pauta: avaliação do movimento e eleição de delegado para Conad-Andes

As reuniões do CR são abertas a todos os colegas interessados